



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Secretaria Executiva

Ata da 107ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Data: 07 de Julho de 2014, às 13h30min.

Local: Auditório Centro de Referência da SEMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente - Av. José Correia Machado, 900 - Bairro Ibituruna Montes Claros - MG.

1 Aos 07 de Julho de 2014, às 13h30min, reuniu-se a URC - Unidade Regional Colegiada
2 do Norte de Minas, no Auditório Centro de Referência da SEMMA - Secretaria
3 Municipal do Meio Ambiente - Av. José Correia Machado, 900 - Bairro Ibituruna -
4 Montes Claros/MG. Participaram os seguintes membros Conselheiros Titulares e
5 Suplentes: como Presidente: Eliana Piedade Alves Machado, Superintendente Regional
6 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Jequitinhonha; Secretaria de
7 Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA: Titular: Sérgio de Oliveira
8 Azevedo; - Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do
9 Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas – SEDVAN: Titular: Guilherme Dias
10 Ramos; - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana –
11 SEDRU: Titular: Mônica Maria Ladeia; - Secretaria de Estado de Transportes e Obras
12 Públicas – SETOP: 2º Suplente – Leander Efren Natividade; - Polícia Militar de Minas
13 Gerais - PMMG: 1º Suplente – Major Thiago Alves Ribeiro; Procuradoria Geral de
14 Justiça – PGJ: Titular: Daniel Oliveira de Ornelas; - Instituto Brasileiro do Meio
15 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis– IBAMA: Titular: Rafael Macedo
16 Chaves; - Prefeituras Municipais situadas na área de abrangência da URC: Suplente:
17 Edvaldo Marques Araújo – Secretário Adjunto Municipal de Meio Ambiente de Montes
18 Claros; - Comitês de Bacias Hidrográficas, constituídos e operacionais, e situados,
19 majoritariamente, na área de abrangência da URC: Yara Maria Soares Costa da
20 Oliveira; - Representantes da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais –
21 FIEMG: Titular: Ézio Darioli; - Representantes da Federação da Agricultura e Pecuária
22 do Estado de Minas Gerais – FAEMG: Suplente: Juvenal Mendes Oliveira; -
23 Representantes da Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e
24 de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS: Titular: Édilson Carlos
25 Torquato – Associação Comercial de Montes Claros; Representantes da Associação
26 Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES: José Ponciano Neto; Representantes de
27 Organizações Não - Governamentais legalmente constituídas para a proteção,
28 conservação e melhoria do meio ambiente, incluídas no Cadastro Estadual de Entidades
29 Ambientais – CEEA: Titular: Soter Magno do Carmo – OVIVE – Organização Vida
30 Verde; Representantes de entidades reconhecidamente ligadas ao ensino, pesquisa, ou
31 desenvolvimento tecnológico ou científico na Área do meio ambiente e da melhoria da
32 qualidade de vida – 2º Suplente: Paulo Fernando Rodrigues Matrangolo - FACIT. Um
33 representante de Conselho Municipal de Meio Ambiente, por sua representação não-
34 governamental: Renan Laughton Milo – CODEMA. Estiveram também presentes o Sr.
35 Gislando Vinícius Rocha de Sousa, Superintendente da SUPRAM NM, Yuri Rafael de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Secretaria Executiva

36 Oliveira Trovão, Diretor de Controle Processual da SUPRAM NM, além de técnicos
37 dos órgãos envolvidos.

38 A **Presidente, Dra. Eliana Piedade Alves Machado**, Superintendente da SUPRAM
39 Jequitinhonha, convida os presentes para ficarem de pé, para a execução do Hino
40 Nacional Brasileiro, abrindo a 107ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada
41 do Norte de Minas.

42 **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.**

43 **2. Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e**
44 **Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Norte de Minas, Dr. Danilo**
45 **Vieira Júnior.**

46 **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.**

47 A **Presidente** abre o item 3 da pauta e concede 30 min para Comunicado dos
48 Conselheiros e Assuntos Gerais. O **Conselheiro Edvaldo Marques**, Secretário Adjunto
49 de Meio Ambiente, declara que tem um alerta que já vem sendo feito sobre a questão do
50 Rio São Francisco. Percebe, na verdade, que o rio está morrendo e aponta o fato de as
51 pessoas não estarem preocupadas com isso e, principalmente, os políticos no sentido de
52 fazer alguma ação de intervenção no sentido de revitalização do Rio São Francisco.
53 Esclarece que o seu depoimento se dá porque conhece muito bem esse rio. Conta que
54 apesar de ser Montesclareense, possui propriedade desde pequeno próximo ao rio onde
55 observava, no ciclo normal e na época de seca, o momento em que se criavam aquelas
56 ilhas e depois, no período das águas, as ilhas sumiam. Destaca que hoje as ilhas não
57 desaparecem mais e que elas fazem parte daquele cenário e rio. Explica que disse isso
58 porque no dia 08 de Julho esteve na cidade de São Francisco e se assustou com o que
59 viu. Revela seu sentimento de pena porque percebeu que o rio está mesmo morrendo.
60 Conta que há lugares lá que quase, praticamente, atravessa o rio caminhando. Declara
61 que nunca viu esse fato da balsa ter que paralisar suas operações devido ao espaço no
62 Rio São Francisco. Explica que não está tendo lugar mais para ela passar e que caso
63 tentasse atravessar porque senão encalhava. Verifica que já está tendo um movimento
64 muito tímido de revitalização do rio. Diz que quando se fala em revitalização não se
65 refere somente ao Rio São Francisco, mas também aos afluentes, às matas ciliares,
66 juntamente à dragagem do rio. Acha que eles, como conselheiros, que frisam a questão
67 ambiental e a proteção devem fazer, realmente, um trabalho conjunto de forma que
68 pudessem traçar uma tarefa com relação ao que pode ser feito mais fortemente para a
69 revitalização do Rio São Francisco. Declara que isso é preocupante. Diz que quem
70 conhece a história de São Francisco... e destaca que em Pirapora a situação está anda
71 mais crítica. Explica que a seca do rio não seria tanto por causa da seca do Norte de
72 Minas e sim porque está acima, inclusive, da Barragem das Três Marias que, hoje, não
73 solta a vazão que deveria. Diz que esta teria que soltar no mínimo 250 mil litros por dia,
74 mas está liberando apenas 150. Comenta que estão pagando por secas lá em cima por
75 causa do rio que já está morrendo em baixo. Declara que isso é um alerta e gostaria que
76 fizessem um trabalho em prol do Rio São Francisco. A **Conselheira Mônica Ladeia**,
77 representante da SEDRU, diz, ao conselheiro Edvaldo, que foi bom ele ter se disso
78 lembrado e complementa que, provavelmente, outro problema mais sério poderá ocorrer
79 por causa das bactérias que já começaram a aparecer. Conta que já tiveram, se não se
80 engana, em 2007, que paralisar a pescaria. Diz que houve várias consequências e frisa
81 que a coloração de bactérias já teve início. Destaca que esse ano poderá ser pior do que
82 o ano de 2007. O **Conselheiro José Ponciano**, representante do ABES, comenta sobre



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Secretaria Executiva

83 o que o Sr. Edvaldo disse e também acerca do esclarecimento da Sr.^a Mônica e conta
84 que esteve em Pirapora, na semana passada, e discutiram sobre esse assunto no Comitê
85 de Bacia do Jequitaiá e Pacuí junto ao São Francisco. Informa, ao Sr. Edvaldo, que para a
86 revitalização do Rio São Francisco tem a questão da construção de várias ETE' s que,
87 realmente, melhorará a qualidade da água desse rio. Informa que, com relação às matas
88 ciliares, há vários projetos que estão sendo implementados, inclusive, com o apoio da
89 CODEVASF, assim como algumas condicionantes e empresas por meio desta.
90 Aproveita o momento da discussão para falar também sobre a vazão e conta que estão
91 numa briga danada com a ONS. Afirma que quem controla a vazão do Rio São
92 Francisco não é a ANEEL nem a CEMIG, mas sim a Operadora Nacional de Sistema.
93 Comenta que as ordens que estes deram acerca dos 250 litros na calha do Rio São
94 Francisco não estão chegando à seção de Pirapora. Informa que o que chega mesmo é
95 em torno de 150 ou 180 l/s e explica que isso está acontecendo porque estão liberando
96 apenas 150 l na Barragem de Três Marias. Diz que há outro ponto agravante... mas,
97 antes, conta que foi para Brasília e, na semana que vem, irá novamente, talvez. Comenta
98 que eles estão questionando que a prioridade da água, apesar de ser uso múltiplo,
99 conforme retrata a Lei 9.433, é para o abastecimento público. Diz que caso a vazão da
100 Barragem de São Francisco seja aumentada somente por causa da piracema ou de outros
101 peixes, terão que optar por escolher entre o abastecimento público, energia ou peixe.
102 Conta que a proposta está sendo feita e, inclusive, foi iniciada pelo Vittorio Medioli da
103 empresa SADA que foi até lá por estar preocupado com a sua irrigação em Jaíba. Diz
104 que é preciso diminuir mais a vazão do São Francisco para que um blecaute seja
105 evitado. Comenta que, com a diminuição, a Prefeitura de Pirapora já construiu a balsa e
106 explica que a água não vai mais passar pela captação por gravidade. Conta que na
107 discussão que ocorrerá em Brasília, na semana que vem, em que contará com a
108 presença, talvez, do Comitê, tratará do fato de a CEMIG isentar a Prefeitura de Pirapora
109 com relação aos custos de energia. Diz que esta será obrigada a bombear agora e que
110 esse gasto não constava em seu Planejamento Estratégico. Conta que eles responderam
111 que não haveria como mais diminuir/ aumentar a vazão de lá e que a barragem das Três
112 Marias está operando com 13%. Diz que quanto a CEMIG, apesar de chegar a hora dela
113 investir na ampliação do seu sistema, esta vai entregar o sistema elétrico para a ONS e
114 Governo Federal porque ficou dividido em três. Informa que até escreveu sobre isso e se
115 encontra bem explicado no Jornal de Pirapora, porém não sabe se está no
116 montesclaros.com ou no minaslivre. Continua a dizer que a preocupação dele se dá
117 porque a CEMIG dividiu em três os subsidiários sendo a primeira operação de energia,
118 a segunda distribuição e alguma outra terceira. Diz que para a subsidiária de operação
119 investir e gerar rendimento é preciso dinheiro da distribuição que, neste caso, já é outra
120 subsidiária. Informa que, em agosto de 2015, a barragem será entregue. Acha que vai
121 ser uma geração de energia que volta para o Governo Federal, a CEMIG. Diz que a
122 barragem não é da CEMIG e destaca que esta sempre foi da CODESVAF. Explica que a
123 CEMIG paga pela água consumida para geração de energia e frisa que existe apenas
124 esse impasse. Comenta que, na verdade, estão dizendo que a ONS não está autorizando
125 a diminuição e muito menos o aumento da vazão. Diz que o Rio São Francisco depois
126 do Rio das Velhas, Paracatu, Carinhanha e Verde Grande, que possui pouca quantidade,
127 e, outro como Correntina já tem bastante água, porém nesse caso de Pirapora, no que diz
128 respeito à barra do Guaçuí e das Velhas até chegar a Pirapora, continuará com o
129 sistema. Afirma que, realmente, vai diminuir, mas não porque caiu a vazão do rio e sim



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Secretaria Executiva

130 por causa do período de estiagem que foi prolongado e também pelo deflúvio por km²
131 de cada bacia que está sendo estudada e que se encontra bem abaixo do potencial da
132 mesma calha e bacia. Conta que eles perguntaram qual seria a escolha, ou seja, pelo
133 peixe ou pelo desligamento. Declara que se esqueceu de explicar e diz que se faltar
134 energia, a COPASA e o SAAE, por exemplo, não trabalharão sem o bombeamento.
135 Comenta que se faltar energia em Montes Claros não haveria água nesta cidade.
136 Questiona como será o abastecimento Montes Claros sem energia. Informa que tudo
137 nesse Município é bombeado. Acha que, nesse caso, faltaria também energia para
138 Pirapora, se ocorresse um blecaute desse de dois ou três dias. Diz que estão segurando
139 para, realmente, não faltar água e energia. Acha que é preciso mesmo rezar e pedir a
140 Deus para que chova até em outubro. Informa que está previsto, nos estudos de
141 monitoramentos da CEMIG, do INMET e do Município, o fato da chuva chegar lá mais
142 cedo. Diz que, agora, é preciso mesmo rezar e declara que com relação à coloração,
143 havia até comentado com a Sr^a. Mônica sobre essa questão dos Rios das Velhas e São
144 Francisco estarem com uma coloração muita alta. Diz que se a quantidade de fósforo for
145 diminuída, provavelmente, esse ano terá bactérias. Revela que estão querendo discutir
146 isso dentro dos Comitês das Bacias Hidrográficas do Jequitaiá, Pacuí e São Francisco.
147 Informa que estão estudando sobre essas Unidades de Planejamento e que, talvez, terão
148 que mudar até o Plano Diretor dessas bacias devido ao período de estiagem tão
149 prolongada. O **Conselheiro Soter Magno**, representante da OVIVE, diz que, na semana
150 passada, houve uma audiência pública em Januária e que trataram de esse assunto.
151 Conta que, nessa oportunidade, pôde ver que várias ações estão sendo tomadas e que
152 muitos estudos e projetos poderão ser alavancados daqui pra frente. Revela que gostaria
153 de dizer mesmo é que estão pagando um preço muito caro pela degradação do Rio São
154 Francisco que vem ocorrendo há cerca de 60 anos e que começou com a chegada do
155 transporte fluvial na região onde os próprios barranqueiros eram incentivados a
156 desmatar as margens do rio para poder alimentar o vapor e as barcaças que eram tocadas
157 à lenha. Declara que, hoje, existem os projetos incentivados pelo Governo Federal e
158 Estadual como o PROVÁRZEA para tratarem desse tipo de questões. Diz que caso
159 alguém deseje passear na região do São Francisco e Januária podem ver que lá os
160 buritizais com quase 8 ou 10 m de altura que estão só a capa por fora mesmo. Comenta
161 que o processo de assoreamento e de degradação ambiental do Rio São Francisco não é
162 de agora, é muito antigo. Declara que se não fosse a Barragem das Três Marias, a
163 situação estaria muito pior. Explica que ele, como ambientalista, apesar de não ser
164 técnico na área, possui um pequeno entendimento acerca do fato de que caso não seja
165 construído barramentos e reservatórios para regularizar a vazão do Rio São Francisco,
166 este secará mais cedo do que se pensa. Diz que o exemplo disso é a barragem e declara
167 que se não fosse o resto de água que tem na barragem para regularizar a vazão do Rio,
168 parte dele, com certeza, já estaria seca. Comenta que o que se mostra, num futuro muito
169 próximo, é o que o Rio São Francisco pode secar. Cita como exemplo, a barragem de
170 Jequitaiá que levou, aproximadamente, 40 anos para sair e destaca que esta é uma das
171 barragens que pode colaborar na regularização da vazão do rio. Declara que esse é um
172 momento de reflexão para o conselho porque esta é uma das saídas. Revela que não
173 acredita em revitalização de rio e mata ciliar. Acha que isso é muito remoto e revela que
174 sabem sobre o fato de quando se planta uma determinada espécie de árvore, não
175 havendo o cuidado intensivo dela, o que aconteceria mesmo é a ação de só plantar e
176 morrer. Diz que esse negócio de revitalizar mata ciliar é quase impossível. Lembra-se



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Secretaria Executiva

177 que existem as nascentes e acha que os processos podem trabalhar em cima disso.
178 Percebe que o que pode salvar o Rio São Francisco são as pequenas, médias e, talvez,
179 grandes barragens para que ocorra a regularização da sua vazão. Diz que os
180 conselheiros sabem que as barragens, não importando os seus tamanhos, trazem
181 problemas sociais e ambientais e afirma que esses tipos problemas não existem senão
182 pela falta de água. Clama pela recuperação do Rio São Francisco e frisa que os
183 conselheiros sabem que isso é quase viável. Pergunta quantos milhões de metros
184 cúbicos de areia tem naquele rio. Questiona se alguém sabe calcular isso e sobre como
185 vai tirá-las dali. Declara que o assoreamento é um dos problemas principais do Rio São
186 Francisco e diz que isso envolve a agricultura, a pecuária, a silvicultura intensiva. Acha
187 que, com relação a essa questão, não havia responsabilidade como nos dias atuais, ou
188 seja, passar por um processo de licenciamento e ainda ter todo o cuidado que se tem
189 hoje. Acha que estão pagando um preço muito caro pela degradação do Rio São
190 Francisco que começou não a partir de agora, mas há muito e muitos anos. Acredita,
191 piamente, que haja solução. Diz que embora certas soluções possam trazer problemas, é
192 preferível perder os dedos a as mãos. O **Conselheiro Ézio Darioli**, representante da
193 FIEMG, aproveita o espaço para convidar os conselheiros e demais presentes para o
194 primeiro *workshop* da Silvicultura do Meio Ambiente a se realizar. Avisa que deixou
195 um “*folderzinho*” no conselho. Informa que esse evento vai se realizar no dia 10 de
196 Julho no auditório Osmane Barbosa na Sociedade Rural e que foi feito em parceria com
197 a Associação Mineira de Silvicultura e conta com apoio do Sindicato Rural, Sociedade
198 Rural, Polícia Militar, IBAMA e o IEF, os seus parceiros. Avisa que a programação será
199 bastante diversificada e tem a finalidade de sensibilizar e informar as pessoas,
200 principalmente, aquelas ligadas ao agronegócio e a silvicultura sobre a Legislação, a Lei
201 Florestal Mineiro, ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). Informa que também
202 acontecerá uma palestra sobre a linha de crédito para os setores de silvicultura e
203 agronegócio. Diz que o conselheiro Major Paulo vai falar sobre as queimadas e crimes
204 ambientais. Avisa que terá também a palestra do IBAMA para falar do Cadastro
205 Técnico Federal e ainda, a palestra do Sr. José de Cássio Silva, professor da
206 Universidade Federal de Viçosa (UFV) que fará um discurso sobre o plantio e manejo
207 de clones de eucalipto. Destaca que será bacana e que não vai ser preciso se preocupar
208 porque haverá *Coffee Break* e almoço tudo por conta do evento. Pede ajuda aos
209 conselheiros, no que diz respeito à participação e divulgação, e também às entidades
210 que tenham contato com a área rural e do agronegócio para que possam ter sucesso e
211 levar essas informações importantes para esse seguimento. Agradece a todos.

212 **4. Exame das Atas da 105ª RO de 13/05/2014. RETIRADA DE PAUTA em** 213 **10/06/2014 e da 106ª RO de 10/06/2014.**

214 **A Presidente** abre o item 4 da Pauta referente ao Exame das Atas da 105ª RO de
215 13/05/2014. RETIRADA DE PAUTA em 10/06/2014 e da 106ª RO de 10/06/2014.
216 Pergunta se há algum comentário. O **Conselheiro Daniel Oliveira** pede para substituir
217 “concorda” por “concordava” e “tinha” por “tenha a dizer” na linha 471 da Ata da 105ª
218 RO. Diz que é preciso acrescentar um “s” em “pelo” na linha 545 da mesma Ata e
219 revela a forma correta “pelos representantes”. Diz que, na linha 1.000, faltou uma
220 expressão e destaca que lá consta que “a SUPRAM justifica a apresentação do AVCB”
221 o que na verdade, seria que “a SUPRAM justifica a “ausência” da apresentação do
222 AVCB”. Pede para corrigir, na linha 1009, o “não ver como” por “não vê como”. Diz
223 que, na linha 1.866, é necessário alterar a palavra “emoção” para a forma correta “a



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Secretaria Executiva

224 moção” de forma separada. Pede para substituir o “o” no final da palavra “Político”
225 pelo “a” na linha 1.891. Diz que, na Ata da 106ª RO, na linha 74, é preciso substituir
226 “concedido” por “concedida”. Na linha 88 declara que consta “colocados em pauta para
227 os casos de Licença de Operação e de Licença de Operação Corretiva” no qual faltou
228 colocar a expressão “os casos de Licença de Operação”. Pede para substituir “serva”
229 por “servia” na linha 336. O **Conselheiro José Ponciano** declara que, na ata da 105ª
230 RO aparece novamente a palavra da qual não se lembra mais como constava exatamente
231 e pede para corrigi-la. Diz que o certo é “corruptela” na linha 1.734 dessa Ata. A
232 **Presidente** pergunta se há mais algum comentário e não havendo manifestações, passa
233 para a aprovação das Atas. A **Conselheira Mônica Ladeia** se abstém por não está
234 presente na reunião. A **Presidente** coloca em votação e diz “conselheiros favoráveis à
235 aprovação das Atas da 105ª e 106ª RO realizadas no dia 13/05/2014 e 10/06/2014
236 permaneçam como estão”. APROVADAS. Acrescenta “com as alterações registradas na
237 105ª e 106ª conforme manifestações dos representantes da Procuradoria Geral de Justiça
238 e da ABES”. Avisa que foi registrada a abstenção da conselheira Mônica. O
239 **Conselheiro Guilherme Ramos**, representante da SEDVAN e IDENE, diz que apesar
240 de ter ocorrido a votação, gostaria que desconsiderassem o seu voto de aprovação na
241 106ª RO, já que não esteve presente. Explica que como são votadas em conjunto... A
242 **Presidente** diz que está registrada a sua abstenção.

243 **5. Processo Administrativo para exame da Licença de Operação Corretiva -** 244 **Ampliação:**

245 5.1 Buritys Agropecuária Ltda. / Fazenda Buritys - Formulação de rações balanceadas e
246 de alimentos preparados para animais, suinocultura e silvicultura - Burityzeiro/MG -
247 PA/Nº 90062/1996/005/2011 - Classe 3. Apresentação: Supram NM. **RETORNO DE**
248 **VISTAS pelo Conselheiro Juvenal Mendes Oliveira representante da FAEMG.**

249 **6. Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a** 250 **Licença de Instalação:**

251 6.1 Rima Industrial S/A - Metalurgia dos metais não ferrosos em formas primárias,
252 inclusive metais preciosos - Capitão Enéas/MG - PA/Nº 00094/1987/006/2014 - Classe
253 3. Apresentação: Supram NM.

254 A **Presidente** pergunta se há algum destaque. Os representantes da FIEMG, PGJ e
255 SEDRU pedem destaques. O **Conselheiro Ézio Darioli** resolve pedir vistas. A
256 **Presidente** pergunta se o Sr. Ézio quer pedir vistas mesmo. A **Conselheira Mônica**
257 **Ladeia**, representante do SEDRU, deseja saber se o processo da Buritys será, de
258 qualquer forma, avaliada e declara que tem um comentário a fazer. A **Presidente**
259 informa que está fazendo a leitura dos itens para manifestação dos destaques. Pergunta
260 se mais alguém deseja pedir vistas referente ao item 6.1, além do representante da
261 FIEMG.

262 **7. Processo Administrativo para exame de Prorrogação do Prazo de Validade da** 263 **Licença de Instalação:**

264 7.1 RBO Energia S.A. / PCH Grão Mogol - Barragens de geração de energia
265 hidrelétrica - Cristália e Grão Mogol/MG - PA/Nº 00967/2003/002/2008 - Classe 3.
266 Apresentação: Supram NM.

267 A **Presidente** avisa que como não há destaques para o item 7.1 vai colocá-lo em
268 votação. Diz que conforme votação dos “conselheiros favoráveis à prorrogação do prazo
269 de validade da Licença de Instalação para empreendimento 7.1 RBO Energia S.A. /
270 PCH Grão Mogol permaneçam como estão. APROVADO.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Secretaria Executiva

271 **5. Processo Administrativo para exame da Licença de Operação Corretiva -** 272 **Ampliação:**

273 5.1 Buritis Agropecuária Ltda. / Fazenda Buritis - Formulação de rações balanceadas e
274 de alimentos preparados para animais, suinocultura e silvicultura - Buritizeiro/MG -
275 PA/Nº 90062/1996/005/2011 - Classe 3. Apresentação: Supram NM. **RETORNO DE**
276 **VISTAS pelo Conselheiro Juvenal Mendes Oliveira representante da FAEMG.**

277 **6. Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a** 278 **Licença de Instalação:**

279 6.1 Rima Industrial S/A - Metalurgia dos metais não ferrosos em formas primárias,
280 inclusive metais preciosos - Capitão Enéas/MG - PA/Nº 00094/1987/006/2014 - Classe
281 3. Apresentação: Supram NM.

282 A **Presidente** informa que houve um PEDIDO DE VISTAS do item 6.1 e retorno de
283 vistas, feito pelo conselheiro Juvenal Oliveira, do item 5.1. Pede para que o Sr. Juvenal
284 se manifeste. O **Conselheiro Juvenal Mendes**, representante da FAEMG, faz a leitura
285 do Relatório de Pedido de Vistas referente à empresa Buritis que se trata de
286 “CONSELHEIRO DA URC-NM: JUVENAL MENDES OLIVEIRA; ORGÃO
287 REPRESENTANTE: FAEMG; EMPREENDIMENTO: BURITIS AGROPECUÁRIA
288 LTDA; CNPJ Nº: 21.128.699/0002-20; PROCESSO ADMINISTRATIVO:
289 90062/1996/005/2011; MUNICÍPIO: BURITIZEIRO/ MG; DATA DA
290 ELABORAÇÃO: 10/05/2013. Introdução: Com a finalidade de subsidiar a votação do
291 processo em epígrafe, venho através deste prestar os esclarecimentos a respeito do
292 empreendimento Granja Buritis. Em primeiro lugar há de se levar em conta que o RCA
293 e o PCA terminaram de ser elaborados em junho de 2011, e tinham como finalidade a
294 ampliação do plantel, passando de 750 matrizes em ciclo completo, conforme o
295 Certificado LO Nº 194/2010 NM válido até 20/04/016, para 1300 matrizes também em
296 ciclo completo. Devido ao longo tempo transcorrido desde o protocolo e a elaboração
297 do Parecer Técnico para o julgamento do COPAM, muitas melhorias foram realizadas,
298 razão pela transcrevo algumas delas neste relatório de vistas. Os itens de maior
299 relevância para os processos serão descritos a seguir. Item 1 – Foi implantado um filtro
300 prensa para reter parte dos sólidos, inclusive cabelos dos animais, evitando o aporte ao
301 biodigestor e a maior deposição de lodo. Desta forma o biodigestor terá menor
302 deposição de lodo e maior intervalo entre as manutenções. Item 2 – Reforma do
303 biodigestor. Além da limpeza foi implantada uma nova cobertura, conforme vemos nas
304 fotos abaixo. Antes a cobertura era na cor branca. A troca da cobertura foi feita para
305 eliminar possíveis vazamentos de biogás. Item 3 – Construção de uma nova lagoa após
306 o biodigestor substituindo a lagoa antiga que estava saturada e também não era
307 devidamente impermeabilizada. Na primeira foto vemos a nova lagoa em fase final de
308 escavação com o biodigestor na cor branca ao fundo e na segunda foto vemos a nova
309 lagoa devidamente impermeabilizada. A lagoa antiga será desassoreada gradualmente
310 para evitar danos ao meio ambiente. O conteúdo será utilizado como adubo orgânico em
311 outra fazenda do grupo. Item 4 – Construção de mais uma lagoa nova, a qual foi
312 devidamente impermeabilizada com PEAD de 1 mm. Na primeira foto vemos a lagoa
313 após o término da construção e na segunda foto vemos a lagoa já devidamente
314 impermeabilizada. Item 5 – Limpeza de uma lagoa antiga bem como a sua
315 impermeabilização com PEAD de 1mm, cuja manta foi implantada sobre um conjunto
316 de tubos para a captação do biogás que poderá se formar sob a manta e o solo, evitando
317 a formação de bolhas de gás. Na primeira foto abaixo vemos a lagoa na fase final do



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Secretaria Executiva

318 desassoreamento e na segunda foto a lagoa já devidamente impermeabilizada. Item 6 –
319 Construção de uma canaleta de alvenaria fazendo a comunicação entre as lagoas 2 e 3
320 de tal forma que os efluentes caminhem na sequência, deixando de funcionar no sistema
321 batelada. Na primeira foto abaixo vemos a canaleta de alvenaria que irá manter o fluxo
322 contínuo dos efluentes entre as lagoas. Na segunda foto abaixo vemos a canaleta entre
323 as duas lagoas. Item 7 – Foram implantadas fossas sépticas em todos os pontos onde há
324 geração de efluentes domésticos, inclusive os efluentes dos funcionários da granja, os
325 quais haviam sido direcionados para o biodigestor, mas como os efluentes serão
326 utilizados na fertirrigação de pastagens, tornou-se necessários o seu tratamento à parte
327 para evitar possíveis contaminações para os bovinos. Nas fotos acima vemos a
328 colocação das fossas (fossa + filtro anaeróbico) adquiridas da empresa FIBRAP, conforme a cópia da NF em anexo referente ao último conjunto de fossa adquirido. A
329 empresa possui Autorização Ambiental de Funcionamento Nº 03210/2011 válida até
330 15/08/2015. Item 7 – Foi adquirido um caminhão ano 1987, diesel com capacidade para
331 15 toneladas, o qual está sendo equipado com uma chorumeira de 15 mil litros e uma
332 bomba para auto carregamento, conforme a NF nº 000. 000. 326 em anexo. A finalidade
333 deste caminhão é juntamente com a chorumeira de 6 mil litros fazer o transporte e a
334 distribuição dos efluentes nas áreas a serem fertilizadas. Item 8 – Foi feito um contrato
335 com uma empresa para fazer o georreferenciamento, a partir do qual haverá a retificação
336 das áreas e posteriormente a realização do CAR (Cadastro Ambiental Rural). A cópia
337 do contrato e da nota fiscal encontra-se em anexo. Item 9 – vem sendo feito o uso
338 regular de um produto para reduzir os odores inerentes à atividade. Geralmente faz
339 rodízio entre o Bacsol e Abiol. Ambos com a mesma finalidade. O fato de ter sido
340 trocada a cobertura do biodigestor e construídas novas lagoas devidamente
341 impermeabilizadas também irá contribuir para reduzir o odor. Item 10 – Em anexo têm
342 os resultados das análises dos efluentes bruto e coletado na última lagoa, tendo a DBO
343 apresentado uma redução de 98% e a DQO 98, 5%. Já no caso da água do córrego a
344 diferença entre a coleta a montante e a jusante não foi significativa, tendo ficado dentro
345 dos padrões da DN 01/2008. Item 11 – E por fim, talvez um dos itens mais importantes
346 deste relatório, a empresa em epígrafe obteve a anuência de 3 vizinhos para a utilização
347 de suas propriedades para a fertirrigação, conforme descrevo na sequência: Sr. Décio
348 Alves Ferreira – área disponível de 70 hectares, Sr. Antônio Ailton Felisberto – área
349 disponível de 120 hectares. Sr. Manoel Maurício Rodrigues Pereira – área disponível de
350 150 hectares. A imagem do google a seguir dá uma ideia da localização das glebas já
351 disponibilizadas, sendo que nem todos foram contatados para assinar a Anuência. A
352 distribuição será feita por conta da Buritis através de uma chorumeira com capacidade
353 para 6 mil litros e um caminhão com capacidade para 15 mil litros e 01 bomba
354 Helicoidal 2WHT 53/F6101 (Geremia) e uma 01 bomba submersa marca Thebe +
355 tubulação PVC 100 mm. Antes de iniciar a aplicação foram feitas análises, conforme os
356 resultados em anexo. Antônio Ailton...; Manoel Maurício ... Textura do solo: textura
357 média (15 a 35% de argila) ou franco-arenosa nas duas profundidades analisadas tendendo
358 a arenosa, conforme a 5ª Aproximação do livro Recomendações para uso de corretivos
359 e fertilizantes em Minas Gerais – Viçosa 1999. O grifo foi colocado para destacar o
360 fato. Fertilidade do solo: O teor de fósforo é classificado como muito baixo (igual ou
361 menor que 4,0 mg/ dm³) nas duas profundidades analisadas em ambos os terrenos. O
362 teor de potássio foi classificado como baixo (16 a 40 mg/ dm³) na profundidade de 0 a
363 20 cm em um dos terrenos e como muito baixo (igual ou menor que 15 mg/dm³) nas
364



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Secretaria Executiva

365 demais profundidades analisadas. Segundo o livro Recomendações para o uso de
366 corretivos e fertilizantes em Minas Gerais na sua 5ª Aproximação no item 18.5.5 página
367 338 – Calagem e Adubação de Manutenção – que trata de pastagens, uma pastagem de
368 nível tecnológico médio para uma lotação de 3 a 4 UA/há em um sistema com média
369 intensidade de exploração, recomenda-se doses entre 100 e 150 kg/ há/ ano de N
370 aplicadas em parcelas de 50 kg, sendo a primeira aplicada logo após as primeiras chuvas
371 e as demais a intervalos, de tal forma que a última ocorra antes do fim da estação
372 chuvosa. Prosseguindo os autores dizem que a adubação nitrogenada é fundamental para
373 a sustentabilidade das pastagens, desde que seja assegurada a adequada disponibilidade
374 de fósforo. Com frequência, as aplicações inferiores a 50 kg/há de N são inócuas.
375 Segundo o resultado em anexo o teor de Nitrogênio no efluente é de 0,13%.
376 BALDISSERA (1.991), citando SIQUEIRA et al. (1.988), conhecendo-se a exigência
377 vegetal, a concentração de nutrientes do esterco e a taxa de mineralização, pode-se
378 prever a quantidade de esterco necessária ou a quantidade de fertilizantes minerais a
379 adicionar, a fim de fornecer os nutrientes demandados pelas culturas. Desta forma ele
380 apresentou a seguinte equação: $X = A \times B \times C$ onde X= quantidade de nutrientes
381 aplicada em kg/há. A= quantidade de esterco utilizado em m³. B= concentração do
382 nutriente no produto em kg/m³ conforme análise. C = taxa de mineralização (tab. 34 –
383 pag. 124 do Manual de Manejo e Utilização de Dejetos de Suínos – Embrapa – 1993).
384 $X = A \times B \times C$. Recomendação de N = 150 kg/ha / ano. 150 kg/ha = $A \times 1,30 \text{ KG/M}^3 \times$
385 $0,5$. 150 kg/há = $A \times 0,65 \text{ KG/m}^3$. $A = 150 \text{ kg/ha} / 0,65 \text{ kg/m}^3$. $A = 230 \text{ m}^3/\text{ha/ano}$.
386 Recomendação de P para uma pastagem de médio nível tecnológico em solo de textura
387 argilosa = 40 kg/ha/ano. $40 \text{ kg/ha} = A \times 0,150 \text{ kg/m}^3 \times 0,6$. $40 \text{ kg/ha} = A \times 0,090 \text{ kg/m}^3$.
388 $A = 40 \text{ kg/ha} / 0,090 \text{ kg/m}^3$. $A = 444 \text{ m}^3/\text{ha/ano}$. Levando em conta que o solo da gleba
389 do Sr. Maurício e da gleba do Sr. Ailton são pobres em nutrientes, o ideal é utilizar uma
390 dosagem maior no primeiro ano e monitorar para saber se a exigência de NPK da
391 pastagem de braquiária foi suprida e se está havendo aumento do teor destes elementos
392 no solo, o que com certeza é salutar porque se trata de um solo bastante pobre. Desta
393 forma a recomendação será de 300 m³/ha/ano. A geração de efluentes com a ampliação
394 é em torno de 200 m³/dia. Levando em conta a aplicação de 300 m³/ha/ano dividido em
395 10 aplicações de 30 m³/ha/ano., evitando os meses de chuvas intensas. Para consumir
396 toda a geração serão necessários 243 hectares. Além da disponibilidade citadas nas três
397 anuências, ainda tem a área de própria Buritis, algo em torno de 100 hectares. Segundo
398 Seganfredo, M.A, Gestão Ambiental na Suinocultura – Embrapa, a quantidade de DLS
399 aplicado por hectare é calculada pela seguinte equação: Taxa (m³/ha) = Capacidade do
400 tanque (litros) x 10 sob largura (m) x comprimento (m). Levando em conta o tanque
401 com 15 mil litros espalhando numa largura de 10 metros para aplicar 30 m³ em um
402 hectare ele deverá percorrer uma distância de 1500 metros. Já no caso da chorumeira,
403 ela deverá percorrer uma distância 330 metros, uma vez que sua capacidade é menor e o
404 leque de distribuição também. Para distribuir toda a geração diária utilizando somente o
405 caminhão e a chorumeira, cada um deverá dar 10 viagens. Segundo descrito no Boletim
406 Técnico ano IV nº 6 de novembro de 2007, publicado pela Embrapa em parceria com a
407 Perdigão e a Universidade de Rio Verde, página 10, seguindo as normas de
408 implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), derivado do
409 Tratado de Kyoto, utilizando –se biodigestores, o tempo de estabilização varia de 28 a
410 32 dias, com conseqüente redução do sistema de armazenamento. A capacidade de
411 armazenamento atual da granja Buritis é a seguinte: 1ª lagoa – 1.380 m³ com



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Secretaria Executiva

412 capacidade para 7 dias. 2ª lagoa – 4.500 m³ com capacidade para 22 dias. 3ª lagoa –
413 7.000 m³ com capacidade para 35 dias. No total são mais ou menos 64 dias, o que
414 supera em muito a capacidade mínima estabelecida pela pesquisa acima. A empresa
415 forneceu as informações necessárias para elaboração deste documento, bem como os
416 subsídios técnicos, para nova análise do licenciamento pela SUPRAMNM e posterior
417 votação deste Conselho. Deve-se, no entanto, proceder nova vistoria pelos técnicos
418 dessa Superintendência para verificação do que se expõe. Diante do exposto no decorrer
419 deste trabalho e levando em consideração as melhorias significativas já realizadas pela
420 empresa, sou favorável à concessão da licença de ampliação. Atenciosamente, Juvenal
421 Mendes Oliveira”. Pede, ao representante do empreendimento, para se apresentar em 10
422 min no máximo. Destaca que ele se inscreveu e diz que a sua apresentação vai clarear
423 mais o seu comentário acerca das fotos, imagens, etc; de tal forma que proporcionará
424 uma melhor compreensão. Informa que o trabalho é bastante sintético e que será
425 apresentado através de slides durante um tempo rápido. Acha que os conselheiros têm
426 muito a ganhar com a apresentação do Dr. Paulo. Pede para que o Sr. Paulo faça a sua
427 apresentação. A **Presidente** diz que seria melhor ouvir os conselheiros porque, desta
428 forma, em caso de dúvidas, o empreendedor as podia esclarecer depois. Pede para a
429 conselheira Mônica se manifestar. A **Conselheira Mônica Ladeia**, representante da
430 SEDRU, revela que está com dúvidas e frisa que se trata de algo já ocorrido. Questiona
431 se os conselheiros terão que votar nas condicionantes não elaboradas caso aconteça ao
432 contrário do que foi constatado no Parecer, ou seja, pelo indeferimento. Pergunta se é
433 devem fazer as condicionantes durante a reunião mesmo e ainda, as colocarem para
434 votação. Esclarece que gostaria de comentar algumas condicionantes caso sejam
435 votadas e também sanar algumas dúvidas sobre a Reserva Legal, mas, antes, prefere
436 ouvir as discussões. A **Presidente** pergunta se algum conselheiro deseja perguntar mais
437 algo. O **Conselheiro Rafael Macedo**, representante do IBAMA, pede para ouvir a
438 manifestação do técnico responsável pelo processo por parte da SUPRAM com relação
439 ao Relatório de Vistas, já que o Relatório apresenta áreas disponíveis fertilirrigação.
440 Entende que é importante a manifestação da SUPRAM com relação a isso. A
441 **Presidente** diz que a apresentação será logo após a manifestação do empreendedor. O
442 **Conselheiro Daniel Ornelas**, representante da PGJ, diz que como o empreendedor e o
443 técnico da SUPRAM vão se manifestar, há outras questões nesse processo de
444 licenciamento que poderão ser esclarecidos também. Informa que uma destas se refere
445 ao auto de infração de 2009 que está relacionado à ampliação do cultivo de suínos. Diz
446 que, ainda assim, a Revalidação da Licença de Operação foi votada com prazo
447 estipulado de 6 e não de 4 anos, porém, agora, estão discutindo essa ampliação
448 novamente. Frisa que esta já foi analisada em 2009 pela SUPRAM. Comenta outra
449 questão que diz respeito ao número de matrizes que já se encontram em funcionamento
450 e agora, desejam ampliar de 750 para 1.380. Declara que é um pulo de classe 3 para a 5
451 conforme a DN 74. Entende que os estudos já apresentados ... não foram satisfatórios.
452 Acha que deveriam ter sido submetidos à EIA/RIMA para se pretender essa ampliação.
453 Explica que por isso até concorda com o indeferimento. Diz que caso o empreendedor
454 queira mesmo ampliar, este terá que submeter aos novos estudos para atender a
455 Deliberação Normativa. **Yuri Trovão**, Diretor de Controle Processual da SUPRAM
456 NM, deseja esclarecer algo com relação aos prazos, mas afirma que não está com o
457 processo da revalidação. Comenta que os prazos da revalidação estão conforme a DN
458 17, mas só se diminuem os dois anos quando tem o processo já transitado em julgado



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Secretaria Executiva

459 até com o prazo de 3 anos. Explica, ao Dr. Daniel, que como não está com o processo,
460 não pode lhe assegurar se o teve transitado em julgado e se esse prazo foi considerado.
461 Afirma que não está com o processo. O **Conselheiro Daniel Ornelas** diz que não foi
462 disponibilizado nenhum auto de infração, mas conforme entendimento da CNR e pelo
463 menos, de acordo com as decisões recentes é possível, mesmo não transitado em
464 julgado, não ter esse benefício desses dois anos extras. Declara que a questão não é essa,
465 mas sim a ampliação da classe do empreendimento que passou de médio para grande.
466 Diz que, hoje, teriam que votar pela questão do indeferimento como consta no Parecer
467 da SUPRAM, mas se isso não for possível, teriam que ser alertados ou manifestados em
468 razão da ausência de estudos característicos desse tipo de porte de empreendimento já
469 que foi baseado em RCA/ PCA. Declara que outra questão a ser analisada, caso haja
470 voto contrário ao indeferimento e condicionantes, é a situação de ter sido apresentado
471 fatos novos com documentos também novos. Frisa ainda, que o próprio conselheiro
472 Juvenal em sua conclusão pediu uma reanálise da SUPRAM. Diz que caso as coisas
473 cheguem nesse ponto, será necessário que se faça uma nova vistoria para que essas
474 áreas de fertirrigação mencionado no Parecer de Vistas seja analisadas e com um novo
475 Parecer Único se submeter à votação de forma que todos os conselheiros possam ter
476 tranquilidade para analisar. **Yuri Rafael** esclarece, ao Sr. Daniel, que a CNR, realmente,
477 foi um caso de processo de licenciamento ambiental que levaram para lá. Destaca que,
478 inclusive, era da RIMA Industrial onde houve o recurso em virtude de não terem
479 concedido o prazo. Declara que não lembra mais a classe da regularização porque não
480 está mais com os autos do processo. Explica que quando o processo tem uma autuação e
481 este não transita em julgado, não se acresce os dois anos e nem diminui, ou seja,
482 permanece com o mesmo prazo de vigência. Afirma que não diminuem, mas também
483 não acrescentam. Diz que com relação ao Estudo Ambiental do EIA/RIMA este
484 independe de classe. Informa que o que exige ou não do EIA/RIMA são aqueles
485 empreendimentos listados na Resolução CONAMA 01/86. Avisa que não a tem no
486 momento, mas lembra que lá, parece, não citar a questão da suinocultura. Declara que,
487 neste caso, seria esta CONAMA que levaria a obrigatoriedade da apresentação do
488 EIA/RIMA independentemente de classe. Cita como exemplo um empreendimento da
489 atividade agropastoril acima de 1.000 ha que, independentemente de ser classe 3,
490 apresentará o EIA/RIMA da mesma forma. Revela que não sabe se o Sr. Daniel está
491 com a CONAMA para verificar esse item, ou seja, se a suinocultura está inscrita ou não.
492 Acha que não há nada que trate disso lá e afirma que esta independeria de classe. Diz
493 que mesmo sendo classe 6, este continuaria apresentando RCA/PCA. Afirma que,
494 obviamente, ao observar a Resolução CONAMA 237, esta, sim, pode exigir outros
495 estudos daqueles empreendimentos que sejam passíveis de RCA/PCA. Declara que
496 poderiam fazer até uma convocação, mas isso não vinha ao caso, até porque o Parecer
497 da SUPRAM foi pelo indeferimento do processo. O **Conselheiro Daniel Ornelas**
498 acredita o fato de que não esteja lícito na Resolução 01/86. Acha que foi mais pelo
499 porte do empreendimento, pois ao pular de classe 5 ou 6 é necessário o EIA/RIMA para
500 a sua aprovação e análise pelo órgão ambiental. Declara que outra questão referente a
501 esse empreendimento é o fato de existir um inquérito civil do ano 2006 em Pirapora,
502 que relata esse problema dos odores causados pela suinocultura no empreendimento.
503 Conta que esses problemas continuam até hoje e revela que recebeu, recentemente, uma
504 denúncia por meio do Ney do IBAMA que esteve no local. Diz que a população reclama
505 e que frisa que seu colega, Promotor de Justiça em Pirapora, entrou em contato com ele



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Secretaria Executiva

506 quando mostrou que esse empreendimento constaria em pauta. Conta que o seu colega
507 relatou que é constante a visita de cidadãos a Promotoria pedindo providências em razão
508 desses fortes odores causados pelo empreendimento. Revela que se preocupa muito com
509 o fato de estarem avaliando um aumento da operação, uma ampliação bastante
510 considerável que passa de 7.072 suínos, que já possuem licença hoje, para 13.245 que
511 quase duplica, a seu entender, e; ainda com a existência dessa história de odores nesse
512 empreendimento. Pede para ouvir o empreendedor e o órgão ambiental. A **Presidente**
513 informa que, de acordo com o regimento, o empreendedor teria 5 minutos de prazo, que
514 mesmo não sendo concluído, poderia ser concedido mais tempo de 1 min. e, conforme
515 concordância da URC, mais 5 minutos, o que daria o total de 11 min. Questiona, a
516 URC, se pode liberar esse prazo para o empreendedor, já que o conselheiro Juvenal
517 falou da possibilidade de 10 minutos e também para evitar interrupções. Concede 11
518 min. para o empreendedor concluir. **Paulo Furtado**, consultor da Buritis, se apresenta e
519 deseja uma boa tarde a todos. Declara que como já foi dito, a empresa Buritis possui a
520 Licença Ambiental que será levada até 20 de Abril de 2016. Informa que ela contempla
521 750 matrizes, em ciclo completo, e que o processo em análise é para ampliação de 550
522 matrizes também em ciclo completo que foi protocolado em Julho de 2011, ou seja, há
523 três anos. Informa que 100% dos efluentes domésticos gerados pelos funcionários da
524 granja Buritis são tratados através de fossa céptica e sumidouro, o que é muito diferente
525 das cidades onde o Poder Público não trata disso como se pode ver em Belo Horizonte
526 e, menos ainda, em Buritizeiro. Informa que, atualmente, são gerados 45 empregos
527 diretos e que todas as captações de água são outorgadas. Afirma que em relação àquelas
528 que estão por vencer, a sua renovação já foi pedida. Diz que restos de animais são
529 destinadas a uma compostagem de cadáveres construídas conforme orientação da
530 Embrapa e declara que é um trabalho muito interessante. Frisa que 100% dos efluentes
531 gerados pelos suínos são destinados a fertirrigação. Diz que para mostrar o que foi feito
532 com relação ao efluente doméstico, eles construíram uma rede de esgoto, coletando os
533 pontos mais distantes. Informa que foi implantada também a fossa séptica compradas na
534 empresa FIBRAP que possui Licença Ambiental para produzir esse tipo de produto.
535 Diz que além disso, foi construído uma caixa de alvenaria para receber todo efluente
536 gerado e colocado um homogeneizador para não decantação. Explica que essa caixa de
537 efluentes fica antes do filtro prensa que recebe todo efluente bruto gerado e faz a
538 retirada de parte do sólido. Mostra uma imagem do filtro prensa que produz um resíduo
539 sólido com 40% de umidade. Informa que esse resíduo sólido é usado como adubo
540 orgânico em outra propriedade do grupo bem distante de Pirapora. Diz que foi feita a
541 manutenção do biodigestor cuja lona foi colocada pela empresa ACSET e não poderia
542 ser mexida se não fosse por eles. Informa que no momento que devolveram os
543 biodigestores para os produtores foi possível fazer essa troca. Explica que a lona foi
544 trocada porque ela apresentava alguns vazamentos e por isso colocou uma cobertura
545 nova de geomembrana. Informa que todas as estruturas foram reforçadas e que estas
546 foram construídas por volta de 2006. Declara que fez uma limpeza e que o material de
547 limpeza, o lodo, foi utilizado como adubo orgânico na área de citricultura do grupo
548 Buritis. Informa que após o Biodigestor havia uma lagoa antiga saturada e não
549 permeabilizada, coisa comum em tempos atrás. Diz que construíram uma lagoa nova e
550 impermeabilizada a qual fica na sequência do biodigestor e que agora, recebe o efluente
551 por gravidade. Informa que a lagoa antiga, mostrada na foto, se encontra isolada e
552 durante o período de seca, esta vai secando até retirar todo solo e limpar para não deixar



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Secretaria Executiva

553 esse depósito de efluentes do jeito que está. Passa para outra foto e diz que construíram
554 uma lagoa nova que funciona, hoje, como a terceira lagoa. Informa que ela é toda
555 cercada com tela para evitar que animais e pessoas cheguem até o local,
556 impermeabilizada com PAD de 1 mm – bastante forte, sodado. Diz que se faz retirada
557 do líquido dessa lagoa para fertirrigação. Apresenta uma imagem de uma das lagoas
558 antigas e declara que só há uma lagoa no alto que deverá ser limpada posteriormente.
559 Acha que ela foi reaproveitada. Explica que para reaproveitar uma lagoa tem que se
560 fazer uma rede por baixo dessa lona e do PAD para coletar possível formação de gás.
561 Esclarece que esse gás, quando se forma por baixo da lona, compromete a qualidade
562 desta e a levanta porque é muito forte. Diz que é como encher o pneu de um trator ou
563 caminhão, isto é, o gás enche a lona. Explica que foi feito uma rede de tubos perfurados
564 por baixo dessa lona para coletar o gás que é possível se formar, uma vez que havia
565 matéria orgânica. Diz que o sistema que formava essa granja há muito tempo, orientado
566 até pelo Embrapa, era o sistema batelada. Esclarece que o procedimento é encher uma
567 lagoa de dejetos e os deixar estabilizar por 20 ou 30 dias e depois os usar na duação.
568 Conta que construíram então, uma canaleta para dar sequência ao sistema e fazerem as
569 lagoas funcionarem na ordem, ou seja, a primeira lagoa após do biodigestor, segue para
570 a segunda e depois terceira que, como já disseram, tem um tempo superior a 60 dias
571 com ampliação. Afirma que já fizeram o cálculo com a ampliação e que já compraram
572 um caminhão que se encontra em funcionamento e equipado com um maquinário para
573 fazer sua auto carga. Esclarece também que este faz a distribuição do efluente e
574 transporta 15 mil litros. Passa para outra imagem e diz que há uma chorumeira de 6 mil
575 litros. Informa que esta já existe há algum tempo no estabelecimento e que agora, vem
576 sendo usada para distribuir o efluente. Declara que com a seca e evaporação, as próprias
577 lagoas, de certa forma, já perdem muita água. Informa que esse equipamento mantém a
578 última lagoa bem vazia por questões até de segurança no período de chuvas. Diz que
579 com relação ao Termo de Anuência já tratado pelo Sr. Antônio, há 120 ha disponíveis e
580 destaca que a fazenda dele tem mais área, porém o que eles poderiam utilizar mais fácil
581 são os 120 há mesmo. Comenta que a área do Sr. Décio é de 70 e a área do Sr. Manoel,
582 150, o que daria 340 ha um raio de menos de 4 km. Informa que a grande maioria está a
583 2 km da lagoa, o que é muito interessante, porque o caminhão só vai rodar naquelas
584 estradas de terra e vai conseguir mais eficiência. Esclarece que da área disponível são
585 100 ha, porém a fazenda tem muito mais. Diz que é possível ampliar essa área para
586 formação de pastagem e informa que a empresa possui 440 ha. Comenta que as análises
587 do solo já foram feitas para também para calcular a dosagem a ser aplicada. Destaca que
588 quando analisaram, no mês de junho, o efluente este possuía uma composição. Declara
589 que após todas as limpezas, o nitrogênio, o fosforo e o potássio caíram porque, neste
590 caso, já lhes foram tirado o sólido. Explica que, com essa redução, eles colocaram uma
591 dosagem até maior porque tem-se que calcular pelo nitrogênio, fosforo e potássio. Deixa
592 claro que, para evitar qualquer preocupação, chegaram a reduzir a dosagem
593 recomendada para 250 m³/ha porque muitos vizinhos estão querendo e também pelo
594 fato de se utilizar um volume muito grande na terra de um e não usar na área de outro
595 que também vai querer. Diz que todos descobriram o quanto esse material é bom para o
596 solo. Informa que este é um adubo orgânico que passou no biodigestor com uma
597 temperatura que chega até 70 graus, a depender da época, ainda mais em Buritizeiro que
598 é muito quente. Acha que isso é muito interessante. Frisa que fizeram o cálculo a partir
599 do nitrogênio, fosforo e potássio. Passa para outra parte do slide e diz que a geração



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Secretaria Executiva

600 anual com a ampliação é de 73 mil m³ de efluentes. Diz que com os 250 m³, eles vão
601 gastar em torno de 300 ha que dividindo em 8 meses e 8 aplicações se resguardarão da
602 época de chuva. Espera que chova muito esse ano para que possam aproveitar mais
603 ainda. Diz que, para 1 ha, 5 tanques da chorumeira já servem com a dosagem de 250.
604 Declara que já no caso do caminhão, irão utilizar 2 destes para adubar um ha. Avisa que
605 é somente mesmo para mostrar essa ideia aos conselheiros. Pede para passar novamente
606 a imagem do córrego datado em 12 de maio e pede para perceber a ausência dos
607 coliformes termos tolerantes neste. Diz que a demanda bioquímica de 4.8 para 5.9 é
608 aceitável e que quanto aos nitratos de 2 para 3 que é o nitrogênio, o nitrogênio
609 amoniacal não foi detectado e com relação ao oxigênio, teve um aumento pouco
610 significativo. Declara que quanto ao Ph pode-se considerar que este se manteve.
611 Comenta que o fato é que muitos bovinos dos sítios vizinhos vão diretamente para o
612 córrego e defecam lá. Pede para os conselheiros observarem que neste instante,
613 percebem que o córrego, realmente, não tem água. Informa que a Buritis não usa esse
614 córrego. Mostra a área da propriedade da Buritis. Diz que, nessa linha, existe o córrego.
615 Declara que essas áreas são as que se encontram disponíveis e mais próxima. Diz que se
616 quiserem, nas áreas mais distantes dali, todos se interessarão, mas não é
617 economicamente viável. Informa que há um estudo feito pelo EMBRAPA que trata da
618 distancia ideal que é de 3 km. Avisa que estão trabalhando até com 4, mas o ideal é 3
619 km mesmo. Encerra a apresentação com uma leitura de uma opinião do Sr. Antônio
620 Gitirana publicado no Jornal : ‘O mau cheiro que castiga os piraporenses’. “Já mudei de
621 opinião. Acho que o mau cheiro que está afetando todos nós piraporenses não é oriundo
622 da granja Buritis do Buritizeiro. No domingo do dia 10 de abril passado, dando um
623 passeio pela cidade de bicicleta constatei que o referido mau cheiro estava vindo da
624 lagoa. Ele pode ter origem no canal que desemboca no lago ou de chiqueiros também
625 instalado na região da lagoa ou ainda da ETE de uma empresa. Acho que os vereadores
626 que estão empenhados na solução do problema deveriam fazer uma vistoria na região
627 apontada por mim. Coincidentemente, fui procurado pelo Sr. Marcio Rosa que também
628 acha que o mau cheiro que está causando pânico nos piraporenses, principalmente, aos
629 restaurantes instalados na corda fluvial do Rio São Francisco não é oriunda da granja
630 Buritis”. Diz que esse é um artigo de um jornalista empenhado também nessa função.
631 Agradece a todos. A **Presidente** diz que considerando essas novas informações que
632 chegou através de Relatórios de Vistas. Declara que com as melhorias que foram
633 implementadas no empreendimento, a equipe técnica, evidentemente, da SUPRAM vai
634 ter que fazer uma nova vistoria para constatar essa efetivação e fazer uma nova análise
635 do processo. Explica que por essa razão vão **BAIXAR O PROCESSO EM**
636 **DILIGÊNCIA** para que essas novas informações possam ser cheçadas e a análise
637 retomada. Encerra a pauta da 107^a RO. Agradece a presença de todos e deseja um bom
638 retorno em agosto.

639

640 **8. Encerramento.**

641

642 Não havendo outros assuntos a serem tratados, declarou-se encerrada a sessão, da qual
643 foi lavrada a presente ata.

644

645 Esta é a síntese da reunião do dia 7 de Julho de 2014

646